

# **Demonstrações financeiras**

## **Águas do Paraíba S.A.**

31 de dezembro de 2025  
com Relatório do auditor independente

# Águas do Paraíba S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10



Shape the future  
with confidence

Centro Empresarial PB 370  
Praia de Botafogo, 370  
8º ao 10º andar - Botafogo  
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3263-7000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos acionistas da  
**Águas do Paraíba S.A.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Paraíba S.A. (“Concessionária”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Shape the future  
with confidence

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.



Shape the future  
with confidence

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Gláucio Dutra da Silva', is written over the printed name and title.

Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ090174/O

## Águas do Paraíba S.A.

Balanços patrimoniais  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	101.671	153.262
Contas a receber de clientes	7	87.653	101.158
Estoques		3.390	3.514
Despesas antecipadas		654	654
Créditos com partes relacionadas	20	340	138
Tributos a recuperar	8	608	715
Outros ativos		1.918	1.558
		<u>196.234</u>	<u>260.999</u>
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	9	4.037	4.056
Contas a receber de clientes	7	6.210	-
Depósitos judiciais		6	6
Tributos a recuperar	8	68	58
Ativo de direito de uso	10	11	35
Imobilizado	11	2.683	2.267
Ativo de contrato	12	98.286	46.678
Intangível	13	311.672	304.920
		<u>422.973</u>	<u>358.020</u>
Total do ativo		<u>619.207</u>	<u>619.019</u>

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	<b>3.763</b>	3.073
Empréstimos e financiamentos	15	<b>19.437</b>	21.145
Passivos de arrendamento	15	<b>12</b>	25
Debêntures e notas comerciais escriturais	16	<b>29.276</b>	29.844
Obrigações tributárias	17	<b>9.203</b>	8.317
Obrigações trabalhistas		<b>6.426</b>	5.257
Ônus da concessão		<b>58</b>	56
Débitos com partes relacionadas	20	<b>2.324</b>	2.143
Obrigações com acionistas	20	<b>71.556</b>	69.246
ICMS a devolver a clientes		<b>213</b>	213
Outras obrigações		<b>2.834</b>	3.244
		<b>145.102</b>	142.563
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	<b>90.332</b>	106.259
Passivos de arrendamento	15	-	11
Debêntures e notas comerciais escriturais	16	<b>171.113</b>	189.254
Tributos diferidos	18	<b>4.514</b>	274
Provisões para contingências	19	<b>1.576</b>	2.038
		<b>267.535</b>	297.836
Patrimônio líquido	21		
Capital social		<b>116.500</b>	116.500
Reservas de lucros		<b>90.070</b>	62.120
		<b>206.570</b>	178.620
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>619.207</b>	619.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Águas do Paraíba S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Receita líquida	22	<b>426.303</b>	369.388
Custo dos serviços prestados	23	<b>(194.430)</b>	(149.061)
Lucro bruto		<b>231.873</b>	220.327
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	<b>(103.667)</b>	(100.050)
Outras despesas operacionais		<b>882</b>	(1.194)
		<b>(102.785)</b>	(101.244)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<b>129.088</b>	119.083
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	25	<b>25.197</b>	19.247
Despesas financeiras	25	<b>(35.146)</b>	(36.491)
		<b>(9.949)</b>	(17.244)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<b>119.139</b>	101.839
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18b	<b>(30.495)</b>	(25.978)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18a	<b>(4.240)</b>	(1.683)
Lucro líquido do exercício		<b>84.404</b>	74.178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Águas do Paraíba S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	<b>84.404</b>	74.178
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<b><u>84.404</u></b>	<u>74.178</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Águas do Paraíba S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de lucros		
Saldos 1º de janeiro de 2024	116.500	21.325	21.854	31.049	-	190.728
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	74.178	74.178
Dividendos intercalares	-	-	-	(7.360)	(48.500)	(55.860)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(12.375)	-	(12.375)
Proposta de destinação do resultado do exercício						
Reserva legal	-	1.975	-	-	(1.975)	-
Reserva de investimentos	-	-	282	-	(282)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(18.051)	(18.051)
Retenção de lucros	-	-	-	5.370	(5.370)	-
Saldos 31 de dezembro de 2024	116.500	23.300	22.136	16.684	-	178.620
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	<b>84.404</b>	<b>84.404</b>
Dividendos intermediários	-	-	-	<b>(4.684)</b>	-	<b>(4.684)</b>
Juros sobre capital próprio	-	-	-	<b>(12.000)</b>	-	<b>(12.000)</b>
Proposta de destinação do resultado do exercício						
Reserva de investimentos	-	-	2.232	-	<b>(2.232)</b>	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	<b>(21.101)</b>	<b>(21.101)</b>
Dividendos extraordinários	-	-	-	-	<b>(18.669)</b>	<b>(18.669)</b>
Retenção de lucros	-	-	-	42.402	<b>(42.402)</b>	-
Saldos 31 de dezembro de 2025	<b>116.500</b>	<b>23.300</b>	<b>24.368</b>	<b>42.402</b>	-	<b>206.570</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Águas do Paraíba S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	<b>119.139</b>	101.839
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	<b>25.894</b>	24.195
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação	<b>6.198</b>	14.294
Juros sobre debêntures, notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação	<b>25.568</b>	19.485
Ganho com operações de <i>swap</i>	-	(473)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	<b>2.248</b>	923
Atualização monetária das contingências	<b>(274)</b>	(173)
Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber	<b>29.566</b>	26.900
Reversões de contingências	<b>(188)</b>	(229)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	<b>(151)</b>	30
Perda com derivativos	-	455
Variações dos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	<b>(22.271)</b>	(33.993)
Estoques	<b>124</b>	(2.720)
Depósitos judiciais	-	3
Tributos a recuperar	<b>(4.407)</b>	657
Despesas antecipadas	-	(193)
Outros ativos	<b>(360)</b>	(373)
Aplicações financeiras vinculadas	<b>19</b>	86
Fornecedores	<b>690</b>	724
Ônus da concessão	<b>2</b>	(6.674)
Obrigações tributárias	<b>(2.035)</b>	(1.730)
Obrigações trabalhistas	<b>1.169</b>	72
Partes relacionadas, líquidas	<b>(21)</b>	678
Outras obrigações	<b>(410)</b>	1.947
	<b>180.500</b>	145.730
Imposto de renda e contribuição social pagos	<b>(24.869)</b>	(24.730)
Pagamento dos juros sobre empréstimos e financiamentos	<b>(13.600)</b>	(15.474)
Pagamento dos juros sobre arrendamentos	<b>(3)</b>	(3)
Pagamento dos juros sobre debêntures e notas comerciais escriturais	<b>(18.563)</b>	(16.193)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>123.465</b>	89.330
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	<b>(1.145)</b>	(556)
Adições ao ativo de contrato e intangível	<b>(75.460)</b>	(34.793)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	<b>174</b>	63
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	<b>(76.431)</b>	(35.286)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	<b>(52.345)</b>	(32.326)
Captações de debêntures e notas comerciais escriturais	-	146.573
Pagamento de arrendamentos	<b>(26)</b>	(24)
Pagamento de debêntures e notas comerciais escriturais	<b>(25.714)</b>	(31.860)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	<b>(20.540)</b>	(27.280)
Derivativos recebidos	-	400
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	<b>(98.625)</b>	55.483
Aumento (redução) líquido(a) no caixa e equivalentes de caixa	<b>(51.591)</b>	109.527
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<b>153.262</b>	43.735
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b>101.671</b>	153.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Águas do Paraíba S.A. (a “Concessionária”), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Av. Dr. José Alves de Azevedo, n.º 233, Centro, no Município de Campos dos Goytacazes - RJ - Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre a Prefeitura do Município de Campos dos Goytacazes e a Águas do Paraíba S.A. (Concessionária), através do Contrato de Concessão oriundo da Concorrência Pública nº 001/96 de 16 de setembro de 1996, com prazo inicial de 30 anos prorrogáveis contados da data de emissão da ordem de serviço inicial, que foi em 14 de setembro de 1999. Em 23 de novembro de 2007, 20 de maio de 2015 e 6 de março de 2020 foram assinados termos aditivos para prorrogação de mais 108, 72 e 180 meses, respectivamente, passando o término do contrato para setembro de 2059. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Campos, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da Concessão.

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Campos dos Goytacazes.

#### Reforma tributária

Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214/2025 (“Reforma”), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”) e Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”). O objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços.

O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, com elevação gradual até alcançar a alíquota plena em 2033, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma. A Concessionária permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma, incluindo avaliação de impactos futuros em sua operação e créditos tributários. Adicionalmente, a Concessionária está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais.

## **Águas do Paraíba S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

#### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária.

Em 20 de março de 2026, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

#### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária.

## **Águas do Paraíba S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis materiais**

#### **3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

#### **3.2. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber.

Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.3. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros imobilizados	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.4. Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível.

#### 3.5. Intangível

##### a) Sistema de água e esgoto

A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária.

##### a) Sistema de água e esgoto--continuação

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

##### b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.6. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

##### Ativos financeiros - custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

##### Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

##### Ativos financeiros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

##### Ativos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

##### Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas.

##### Passivos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

##### Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

##### Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros --continuação

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem restando substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

##### Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

#### 3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros

Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

#### 3.9. Tributos

##### Imposto de renda e contribuição social correntes

A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.9. Tributos--Continuação

##### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

##### Tributos sobre as receitas

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Nome do tributo</u>	<u>Alíquotas</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.10. Provisões

##### Geral

São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

##### Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 3.11. Receita operacional

##### i) Receita de prestação de serviços

Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.11. Receita operacional--Continuação

##### ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

#### 3.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

Alterações ao CPC 02 (R2) - efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) - adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.

O CPC emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no CPC 02 (R2) e no CPC 37 (R1). Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

Alterações ao CPC 18 (R3) - investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

##### CPC 51 - Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis:

Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Ademais, há alterações consequentes em vários outros padrões.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

##### CPC 51 - Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis:--Continuação

A Concessionária está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Concessionária são os seguintes:

- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com o CPC 51 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com o CPC 26 (R1);
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2).

As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

##### IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações:

Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos, enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período do relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo IFRS 10/CPC 36 (R3), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

##### Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros:

As alterações introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Tais alterações deverão ser incorporadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio de revisões nos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação;
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados;
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.

Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Concessionária. No entanto, a Concessionária continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

##### Melhorias anuais às normas contábeis ifrs – Volume 11:

O *International Accounting Standards Board* – IASB emitiu 9 alterações de escopo limitado, que abrangem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: (i) IFRS 1 - Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das normas internacionais de contabilidade); (ii) IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7; (iii) IFRS 9 – Instrumentos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos financeiros); (iv) IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas); e (v) IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de Caixa).

Em decorrência das alterações citadas, o CPC deverá refletir tais mudanças em futuras revisões nos respectivos pronunciamentos. Os efeitos terão início em ou pós 1º janeiro de 2026. Não são esperados impactos materiais nas demonstrações financeiras em decorrência das alterações.

##### Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais:

As alterações somente se aplicam a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos;
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos;
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Tais alterações terão início em ou pós 1º janeiro de 2026, sendo sua adoção antecipada permitida desde que divulgada. Em convergência com as normas internacionais, o CPC deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 e do CPC 40 (R1).

Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Concessionária. No entanto, a Concessionária continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

#### Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão

A Concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

#### Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

##### a) *Vida útil dos ativos intangíveis*

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

#### Estimativas e premissas contábeis--Continuação

b) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

c) *Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber*

A Concessionária registra as perdas esperadas de créditos das contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

d) *Receita não faturada*

As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.11 e 7.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Gestão de riscos financeiros

#### 5.1. Instrumentos financeiros por categoria

A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2025		31/12/2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	101.088	101.088	153.194	153.194
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	93.863	93.863	101.158	101.158
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	4.037	4.037	4.056	4.056
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	340	340	138	138
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	3.763	3.763	3.073	3.073
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	109.769	96.604	127.404	127.404
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	12	12	36	36
Debêntures e notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	200.389	201.107	219.098	219.098
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	58	58	56	56
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	2.324	2.324	2.143	2.143

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

#### 5.1. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária.

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 para esses ativos e passivos.

#### 5.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços.

##### Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos, debêntures ou notas escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"), da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

#### 5.2. Risco de mercado--Continuação

A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais, utilizou as projeções do CDI, IPCA, TJLP e SELIC para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Cenário I provável</b>	<b>Cenário II -25%</b>	<b>Cenário III +25%</b>
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	101.088	113.855	110.661	117.050
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	4.037	4.547	4.419	4.674
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(22.641)	(25.501)	(24.785)	(26.216)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(1.743)	(1.813)	(1.795)	(1.830)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(86.651)	(92.587)	(91.105)	(94.068)
Notas comerciais escriturais	CDI	(41.419)	(46.650)	(45.341)	(47.959)
Debêntures	IPCA	(165.671)	(172.314)	(170.658)	(173.971)
Passivo líquido		<b>(213.000)</b>	<b>(220.463)</b>	<b>(218.604)</b>	<b>(222.320)</b>
Efeito líquido			<b>(7.463)</b>	<b>(5.604)</b>	<b>(9.320)</b>
CDI (a.a.)			12,63%		
IPCA (a.a.)			4,01%		
SELIC (a.a.)			12,25%		
TJLP (a.a.)			6,85%		

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

#### 5.3. Risco de liquidez

É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores não descontados):

	<b>Valor contábil</b>	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Acima de dois anos</b>
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	3.763	3.763	-	-
Empréstimos e financiamentos	111.035	19.631	18.845	72.559
Passivos de arrendamento	12	12	-	-
Ônus da concessão	58	58	-	-
Debêntures e notas comerciais escriturais	207.090	29.794	12.857	164.439
Débitos com partes relacionadas	2.324	2.324	-	-
	<b>324.282</b>	<b>55.582</b>	<b>31.702</b>	<b>236.998</b>
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	3.073	3.073	-	-
Empréstimos e financiamentos	129.434	21.299	18.672	89.463
Passivos de arrendamento	36	25	11	-
Ônus da concessão	56	56	-	-
Debêntures e notas comerciais escriturais	226.599	30.468	25.714	170.417
Débitos com partes relacionadas	2.143	2.143	-	-
	<b>361.341</b>	<b>57.064</b>	<b>44.397</b>	<b>259.880</b>

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

#### 5.4. Gestão de capital

Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, debêntures e notas comerciais escriturais subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumariados:

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	<b>109.769</b>	127.404
Passivos de arrendamento (Nota 15)	<b>12</b>	36
Debêntures e notas comerciais escriturais (Nota 16)	<b>200.389</b>	219.098
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<b>(101.671)</b>	(153.262)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 9)	<b>(4.037)</b>	(4.056)
Dívida líquida (a)	<b>204.462</b>	189.220
Total do patrimônio líquido (b)	<b>206.570</b>	178.620
Total do capital (a+b)	<b>411.032</b>	367.840
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	<b>49,74%</b>	51,44%

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	583	68
Aplicações financeiras	101.088	153.194
	<u>101.671</u>	<u>153.262</u>

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de aproximadamente 102,31% do CDI (102,16% em 31 de dezembro de 2024).

### 7. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Clientes (a)	268.679	250.689
Clientes - parcelamento (b)	16.220	19.155
Pontos arrecadadores (c)	980	1.349
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(192.016)	(170.035)
	<u>93.863</u>	<u>101.158</u>
Ativo circulante	87.653	101.158
Ativo não circulante	6.210	-

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência).

(b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos.

(c) Referem-se aos agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária.

O aging list de contas a receber é composto da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Faturado	49.530	53.487
Não faturado	19.694	17.810
Vencidas		
Até 30 dias	8.188	9.966
De 31 a 60 dias	3.794	5.351
De 61 a 90 dias	2.938	3.614
De 91 a 180 dias	9.846	10.752
Mais de 180 dias	191.889	170.213
	<u>285.879</u>	<u>271.193</u>

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Contas a receber de clientes--Continuação

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	(170.035)	(154.179)
(+) Constituições	(29.567)	(26.900)
(-) Baixas de incobráveis	7.586	11.044
Saldo final	<u>(192.016)</u>	<u>(170.035)</u>

### 8. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar estão assim representados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS	109	125
COFINS	499	576
IRPJ	68	58
Outros	-	14
	<u>676</u>	<u>773</u>
Ativo circulante	608	715
Ativo não circulante	68	58

### 9. Aplicações financeiras vinculadas

O montante de R\$ 4.037 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.056 em 31 de dezembro de 2024) corresponde à obrigação da Concessionária constante no Contrato de Financiamento na modalidade FINEM, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, onde a Concessionária se obriga, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros da dívida, vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Ativo de direito de uso

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	51	(40)	11	49	(14)	35
	51	(40)	11	49	(14)	35

#### Movimentação do ativo de direito de uso:

	Saldos em	Adições	Amortização	Saldos em
	31/12/2024			31/12/2025
Imóveis	35	2	(26)	11
	35	2	(26)	11

  

	Saldos em	Adições	Amortização	Saldos em
	31/12/2023			31/12/2024
Imóveis	8	49	(22)	35
	8	49	(22)	35

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2025		31/12/2024	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	3.057	(1.963)	1.094	862
Veículos	20%	1.051	(598)	453	419
Máquinas e equipamentos	10%	367	(201)	166	80
Móveis e utensílios	10%	1.999	(1.052)	947	882
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	41	(18)	23	24
		<b>6.515</b>	<b>(3.832)</b>	<b>2.683</b>	<b>2.267</b>

#### Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Baixa	Reclassificação	Saldos em 31/12/2025
Equipamentos de informática	862	554	(331)	-	9	1.094
Veículos	419	260	(204)	(22)	-	453
Máquinas e equipamentos	80	106	(20)	-	-	166
Móveis e utensílios	882	225	(159)	(1)	-	947
Benfeitorias em imóveis de terceiros	24	-	(1)	-	-	23
	<b>2.267</b>	<b>1.145</b>	<b>(715)</b>	<b>(23)</b>	<b>9</b>	<b>2.683</b>

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2024
Equipamentos de informática	925	290	(12)	(341)	862
Veículos	450	134	-	(165)	419
Máquinas e equipamentos	76	20	-	(16)	80
Móveis e utensílios	933	112	(10)	(153)	882
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25	-	-	(1)	24
	<b>2.409</b>	<b>556</b>	<b>(22)</b>	<b>(676)</b>	<b>2.267</b>

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Ativo de contrato

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferências	Reclassificação	Saldos em 31/12/2025
Infraestrutura em construção	46.678	80.723	(29.106)	(9)	98.286
	46.678	80.723	(29.106)	(9)	98.286

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2024
Infraestrutura em construção	72.305	33.461	(59.088)	46.678
	72.305	33.461	(59.088)	46.678

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

#### Custos de empréstimos capitalizados

Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R\$ 8.062 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.015 em 2024).

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2025		31/12/2024	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	177	(175)	2	5
Concessão/Infraestrutura		510.285	(198.615)	311.670	304.915
		<b>510.462</b>	<b>(198.790)</b>	<b>311.672</b>	<b>304.920</b>

Os valores reconhecidos na linha concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2025 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Captação	5.651	(1.170)	4.481	4.708
Aduadoras	7.868	(1.437)	6.431	6.285
Estação de Tratamento de Água - ETA	14.605	(7.846)	6.759	7.236
Reservatório	364	(93)	271	286
Substituição/Expansão de rede de água	143.605	(46.997)	96.608	84.328
Ligação de água	18.706	(3.926)	14.780	13.612
Ligação de esgoto	21.810	(4.097)	17.713	17.699
Substituição/Expansão de rede de esgoto	160.939	(79.401)	81.538	89.887
Elevatória - esgoto	23.629	(4.408)	19.221	18.503
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	57.858	(20.539)	37.319	39.665
Emissário	1.831	(515)	1.316	1.390
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.389	(4.243)	7.146	4.296
Máquinas e equipamentos	41.643	(23.585)	18.058	16.931
Máquinas e equipamentos - bens arrendados	387	(358)	29	89
	<b>510.285</b>	<b>(198.615)</b>	<b>311.670</b>	<b>304.915</b>

#### Movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/2024				Saldos em 31/12/2025	
	Adições	Amortização	Transferências			
Softwares e aplicativos	5	(3)	-	5	2	
Concessão/Infraestrutura	304.915	(25.150)	29.106	304.915	311.670	
	<b>304.920</b>	<b>(25.153)</b>	<b>29.106</b>	<b>304.920</b>	<b>311.672</b>	

  

	Saldos em 31/12/2023				Saldos em 31/12/2024	
	Adições	Baixas	Amortização	Transferências		
Softwares e aplicativos	10	-	(5)	-	5	
Concessão/Infraestrutura	267.043	(71)	(23.492)	59.088	304.915	
	<b>267.053</b>	<b>(71)</b>	<b>(23.497)</b>	<b>59.088</b>	<b>304.920</b>	

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Fornecedores

Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais	1.138	1.178
Serviços	255	1.245
Infraestrutura	1.124	590
Outros	1.246	60
	<b>3.763</b>	<b>3.073</b>

### 15. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos				
FINAME (a)	IPCA	6,72% a.a.	1.743	2.420
FINEM (b)	TJLP	3,99% a.a.	86.651	91.422
Automático	SELIC/TJLP	4,20% e 6,00% a.a.	-	1.745
Capital de giro (c)	CDI	2,28% a.a.	22.641	33.847
(-) Custos de transação			(1.266)	(2.030)
Total de empréstimos e financiamentos			<b>109.769</b>	<b>127.404</b>
Circulante				
Não circulante				
			<b>19.437</b>	<b>21.145</b>
			<b>90.332</b>	<b>106.259</b>
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (Vide Nota 10)		11,62% a.a.	12	36
Circulante				
Não circulante				
			12	25
			-	11
Endividamento total			<b>109.781</b>	<b>127.440</b>
Endividamento total - circulante				
Endividamento total - não circulante				
			<b>19.449</b>	<b>21.170</b>
			<b>90.332</b>	<b>106.270</b>

#### (a) FINAME PSI

A linha de crédito FINAME PSI é foi obtida no exercício de 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES com R\$ 5.378 de valor contratado. Os contratos FINAME PSI foram celebrados com prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final em 2028.

Esta operação tem como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento--Continuação

(b) FINEM

O contrato FINEM foi obtido no exercício de 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES com R\$ 112.115 de valor contratado. O contrato foi celebrado com prazo de carência de 30 (trinta) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final para 2038.

Esta operação tem como objetivo a modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Campos dos Goytacazes - RJ e é amparada por cessão fiduciária de direitos creditórios e conta reserva.

(c) Capital de giro

Em novembro de 2022, a Concessionária captou R\$ 50.000 de capital de giro, com vencimento para 2027.

#### Covenants

Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2025.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

#### Empréstimos e financiamentos

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	127.404	153.951
Juros e encargos financeiros	13.494	15.152
Variações monetárias	2.248	901
Amortização do principal	(20.540)	(27.280)
Amortização dos juros	(13.600)	(15.474)
Amortização dos custos de transação	763	154
Saldo final	109.769	127.404

#### Passivos de arrendamento

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	36	11
Adições e remensurações	2	49
Juros e encargos financeiros	3	3
Amortização do principal	(26)	(24)
Amortização dos juros	(3)	(3)
Saldo final	12	36

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento--Continuação

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamento					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2026	-	-	-	18.672	(154)	18.518
2027	18.845	(179)	18.666	18.672	(154)	18.518
2028	7.400	(162)	7.238	7.229	(154)	7.075
Após 2028	65.159	(731)	64.428	63.562	(1.414)	62.148
	<b>91.404</b>	<b>(1.072)</b>	<b>90.332</b>	<b>108.135</b>	<b>(1.876)</b>	<b>106.259</b>

  

	Passivos de arrendamento	
	31/12/2025	31/12/2024
	2026	-
	-	11

### 16. Debêntures e notas comerciais escriturais

	Indexador	Juros	31/12/2025	31/12/2024
2ª emissão	IPCA	6,47% a.a.		
Debêntures			164.439	157.560
Juros			1.232	1.141
Custos de transação a apropriar			(6.639)	(7.084)
Total de debêntures			<b>159.032</b>	<b>151.617</b>
Circulante			774	696
Não circulante			158.258	150.921
Notas comerciais escriturais	CDI	2,16% a.a.		
Principal			38.571	64.285
Juros e encargos			2.848	3.613
Custos de transação a apropriar			(62)	(417)
Total de notas comerciais escriturais			<b>41.357</b>	<b>67.481</b>
Circulante			28.502	29.148
Não circulante			12.855	38.333
Endividamento total			<b>200.389</b>	<b>219.098</b>
Endividamento total - circulante			29.276	29.844
Endividamento total - não circulante			171.113	189.254

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Debêntures e notas comerciais escriturais--Continuação

A movimentação das debêntures é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	151.617	6.024
Captações	-	153.900
Juros e encargos financeiros	17.304	9.636
Custo de transação	-	(7.327)
Amortização do principal	-	(6.146)
Amortização dos juros	(10.334)	(4.836)
Amortização dos custos de transação	445	343
Variações monetárias	-	23
Saldo final	<u>159.032</u>	<u>151.617</u>

A movimentação das notas comerciais escriturais é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	67.481	95.046
Juros e encargos financeiros	7.465	9.328
Amortização do principal	(25.714)	(25.714)
Amortização dos custos de transação	354	178
Amortização dos juros	(8.229)	(11.357)
	<u>41.357</u>	<u>67.481</u>

As parcelas de longo prazo das debêntures têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Debêntures					
	<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2026	-	-	-	-	(458)	(458)
2027	-	(478)	(478)	3.781	(478)	3.303
2028	3.946	(476)	3.470	3.781	(476)	3.305
Após 2028	160.493	(5.227)	155.266	149.997	(5.226)	144.771
	<u>164.439</u>	<u>(6.181)</u>	<u>158.258</u>	<u>157.559</u>	<u>(6.638)</u>	<u>150.921</u>

As parcelas de longo prazo das notas comerciais escriturais têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Notas comerciais escriturais					
	<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2026	-	-	-	25.714	(179)	25.535
2027	12.857	(2)	12.855	12.858	(60)	12.798
	<u>12.857</u>	<u>(2)</u>	<u>12.855</u>	<u>38.572</u>	<u>(239)</u>	<u>38.333</u>

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Debêntures e notas comerciais escriturais--Continuação

#### Debêntures

##### 2ª emissão de debêntures

Em 15 de maio de 2024, foram emitidas 153.900 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor nominal de R\$1, perfazendo o total de R\$153.900.

As debêntures apresentam prazo de vencimento de vinte anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 15 de maio de 2044.

O saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado em 35 (trinta e cinco) parcelas consecutivas e semestrais, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da data emissão, ou seja, a partir de 15 de maio de 2027.

O valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), sendo o produto da atualização monetária incorporado ao valor nominal unitário ou ao saldo do valor nominal unitário, conforme aplicável, das debêntures.

Os recursos captados destinam-se a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A

#### Notas comerciais escriturais

Em 24 de janeiro de 2022, foram emitidas 90.000 notas comerciais escriturais, em série única, no valor nominal de R\$ 1, perfazendo o total de R\$ 90.000, tendo a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como fiadora.

O prazo de vencimento da dívida é de cinco anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 24 de janeiro de 2027. Sobre as Notas Comerciais Escriturais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, acrescida de *spread* de 2,16% a.a. A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de julho de 2022. O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente.

Os recursos captados serão destinados à recomposição do capital de giro da Concessionária.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Debêntures e notas comerciais escriturais--Continuação

#### Covenants

As debêntures e notas comerciais escriturais possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2025.

### 17. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições estão assim representados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS/COFINS/CSLL retidos	129	191
ISS	501	258
IRRF	626	665
PIS	1.056	1.124
COFINS	4.889	5.199
IRPJ	1.126	472
CSLL	876	408
	<u>9.203</u>	<u>8.317</u>

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Composição dos tributos diferidos

Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2024	Resultado	31/12/2025
Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber	2.391	(1.213)	1.178
Provisões para contingências	693	(157)	536
Provisão participação nos lucros	443	111	554
Provisões salários e encargos em acordo coletivo	109	71	180
Arrendamentos	(1)	-	(1)
Outros	707	(614)	93
Ativo fiscal diferido	<u>4.342</u>	<u>1.802</u>	<u>2.540</u>
Juros capitalizados	(1.940)	(2.652)	(4.592)
Ajustes do regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014	(2.645)	194	(2.451)
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei nº 12.973/ 2014	(31)	20	(11)
Passivo fiscal diferido	<u>(4.616)</u>	<u>(2.438)</u>	<u>(7.054)</u>
Tributos diferidos, líquidos	<u>(274)</u>	<u>(4.240)</u>	<u>(4.514)</u>

#### b) Conciliação da taxa efetiva

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	119.139	101.839
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	<u>(40.507)</u>	<u>(34.626)</u>
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes	(580)	(1.355)
Juros sobre capital próprio	4.080	4.208
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Incentivo cultural (Lei nº 8.313/91 - art. 18)	555	402
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	35	32
Programa de alimentação do trabalhador ("PAT") (9.580/2018)	964	885
Recuperação de créditos PAT	-	2.294
Fundo do idoso	139	-
PRONAS/PCD (art 6º da Lei nº 12.715/2012)	-	87
PRONON (Lei nº 12.715/2012)	139	87
Incentivo desportivo (Lei nº 11.438/06 - art.3)	277	201
Fundo da infância e da adolescência (Decreto nº 9.589/2018)	139	100
Total do imposto de renda e da contribuição social	<u>(34.735)</u>	<u>(27.661)</u>
Alíquota efetiva	<u>29,16%</u>	<u>27,16%</u>

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Provisão para contingências

As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais.

As provisões, líquidas de depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhistas	66	61
Cíveis	1.510	1.977
Total	<u>1.576</u>	<u>2.038</u>

#### Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cíveis	30.381	31.377
Trabalhistas	2.527	1.597
Tributários	-	41
	<u>32.908</u>	<u>33.015</u>

#### Cíveis

As ações judiciais de natureza cível têm os seguintes objetos: (i) consumo, totalizando R\$ 11.386 (R\$ 10.893 em 31 de dezembro de 2024) (ii) falta de abastecimento, totalizando R\$ 689 (R\$ 327 em 31 de dezembro de 2024); (iii) serviços água e serviços esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo), totalizando R\$ 5.987 (R\$ 6.440 em 31 de dezembro de 2024); (iv) serviços comerciais, totalizando R\$ 7.663 (R\$ 7.581 em 31 de dezembro de 2024); (v) responsabilidade civil, totalizando R\$ 2.276 (R\$ 3.078 em 31 de dezembro de 2024); (vi) cobrança, totalizando R\$ 2.052 (R\$ 2.040 em 31 de dezembro de 2024); e (vii) outros, totalizando R\$ 328 (R\$ 1.018 em 31 de dezembro de 2024).

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Partes relacionadas

#### Remuneração de pessoal chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos pela Concessionária o montante total de R\$1.607 (R\$ 1.712 em 2024). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Remunerações	1.218	1.321
Encargos sociais	335	336
Plano de saúde	22	24
Plano de previdência privada	19	19
Outros	13	12
	<u>1.607</u>	<u>1.712</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Partes relacionadas--Continuação

#### Resumo das transações com partes relacionadas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	340	138
Total do ativo circulante	<u>340</u>	<u>138</u>
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas		
Dividendos a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	733	707
ERG Participações Ltda.	1.260	1.215
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	733	707
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	130	125
Synval Filgueiras de Moraes Junior	1.035	998
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	1.380	1.331
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	1.035	998
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	62.700	60.470
	<u>69.006</u>	<u>66.551</u>
Juros sobre capital próprio		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	27	29
ERG Participações Ltda.	47	49
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	27	29
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	5	5
Synval Filgueiras de Moraes Junior	38	40
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	51	54
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	38	40
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	2.317	2.449
	<u>2.550</u>	<u>2.695</u>
	<u>71.556</u>	<u>69.246</u>
Débitos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	2.324	2.143
	<u>2.324</u>	<u>2.143</u>
Total do passivo circulante	<u>73.880</u>	<u>71.389</u>
Resultado com partes relacionadas	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contrato de gestão - <i>Management Fee</i> (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(17.708)	(16.009)

(a) Os saldos decorrem de transações entre Concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$116.500 (R\$ 116.500 em 2024) e está representado por 8.000 (oito mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.670 (duas mil, seiscentas e setenta) ações ordinárias e 5.330 (cinco mil, trezentas e trinta) ações preferenciais.

<u>Acionistas</u>	<u>ON</u>	<u>PN</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S/A	2.536	4.733	7.269	90,8667%
Synval Filgueiras de Moraes Junior	40	80	120	1,5000%
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	54	106	160	2,0000%
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	40	80	120	1,5000%
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	15	15	0,1833%
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	-	85	85	1,0667%
ERG Participações Ltda.	-	146	146	1,8166%
M&G Consultoria e Participações Ltda.	-	85	85	1,0667%
	<u>2.670</u>	<u>5.330</u>	<u>8.000</u>	<u>100%</u>

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva para investimentos

A Concessionária constituiu reserva para investimentos, no valor de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Patrimônio líquido--Continuação

#### d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício de 2025, foram distribuídos dividendos intermediários no montante de R\$ 4.684 por meio da reversão de parte da reserva de retenção de lucros. Além dos dividendos mínimos obrigatórios, a Concessionária destinou R\$ 18.669 do lucro do exercício para dividendos extraordinários, conforme foi deliberado em assembleia geral extraordinária, em 30 de dezembro de 2025.

Ao longo do exercício de 2025, houve destinação de juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 12.000, sendo R\$1.800 referentes a imposto de renda retido na fonte, resultando um valor líquido de R\$10.200 destinado à distribuição aos acionistas.

A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido	<b>84.404</b>	74.178
Constituição da reserva legal - 5% (i)	-	(1.975)
Base de cálculo dos dividendos	<b>84.404</b>	72.203
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	<b>21.101</b>	18.051
Dividendos extraordinários	<b>18.669</b>	-
	<b>39.770</b>	18.051

(i) Não houve destinação para reserva legal, uma vez que o saldo atingiu o limite de 20% do capital social, conforme previsão legal.

#### e) Reserva para retenção de lucros

Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Receita líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de prestação de serviços	413.253	388.333
Receita de construção	79.868	36.879
Cancelamentos	(6.719)	(3.125)
Receita bruta	486.402	422.087
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(34.823)	(33.684)
Descontos concedidos	(25.276)	(19.015)
Receita líquida	426.303	369.388

### 22. Custos dos serviços prestados

	31/12/2025	31/12/2024
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(401)	(2.446)
Ônus da concessão	(613)	(603)
Energia elétrica	(17.740)	(18.732)
Custo de construção	(79.868)	(36.879)
Materiais aplicados nos serviços	(10.933)	(11.882)
Salários e benefícios a empregados	(33.287)	(30.417)
Utilização de imóveis e telefonia	(859)	(897)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(6.588)	(5.599)
Serviços de terceiros	(20.319)	(19.278)
Depreciações e amortizações	(23.541)	(22.014)
Outros custos	(281)	(314)
	(194.430)	(149.061)

### 23. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e benefícios a empregados	(28.941)	(24.718)
Utilização de imóveis e telefonia	(1.006)	(931)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.700)	(1.751)
Serviços de terceiros	(32.122)	(33.039)
Despesas com contencioso	(1.485)	(1.847)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(518)	(355)
Depreciações e amortizações	(455)	(419)
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber	(29.567)	(26.900)
Reversões de contingências	188	229
Despesas com comunicação	(2.923)	(2.580)
Outras despesas	(5.138)	(7.739)
	(103.667)	(100.050)

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Juros com aplicações financeiras	19.890	12.786
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.230)	(937)
Juros e multas vinculadas à operação	6.486	5.931
Variação monetária sobre outros ativos	13	927
Ganhos com operações de <i>swap</i>	-	493
Ganhos com derivativos	-	42
Outras receitas financeiras	38	5
	<b>25.197</b>	<b>19.247</b>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais	(30.201)	(33.101)
Juros de arrendamentos	(3)	(3)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(2.248)	(923)
Atualização monetária das contingências	274	173
Tributos sobre operações financeiras	(25)	(29)
Descontos concedidos	(1.127)	(1.166)
Perdas com operações de <i>swap</i>	-	(20)
Perdas com derivativos	-	(497)
Comissão e escrituração	(102)	(100)
Outras despesas financeiras	(1.714)	(825)
	<b>(35.146)</b>	<b>(36.491)</b>
Resultado financeiro	<b>(9.949)</b>	<b>(17.244)</b>

### 25. Seguros

O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

Descrição de seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/10/2025 a 27/10/2026	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2026 a 17/01/2027	19.500
Riscos operacionais	17/01/2026 a 17/01/2027	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2025 a 31/12/2026	182.741
Riscos ambientais	22/12/2025 a 22/12/2026	5.000
Garantia de concessão	14/09/2025 a 14/09/2026	8.427
Seguro de veículos	20/08/2025 a 20/08/2026	100
Garantia judicial	25/03/2023 a 06/11/2027	12.468

## Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Transações que não envolvem caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adição de direito de uso	2	49
Juros capitalizados	<b>8.062</b>	1.015
IRRF sobre swap	-	74
Destinação de juros sobre capital próprio	<b>2.550</b>	2.695
Destinação de dividendos obrigatórios e adicionais	<b>44.454</b>	66.551